

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PERPETUAÇÃO DA HISTÓRIA ECONÔMICA - o caso de Palmeira das Missões/RS.

Alex Santos*

Andre Braganholo*

Christiane Senhorinha S. Campos**

Gilmar Almeida dos Santos*

Nilmar Machad*

Ricardo Aguirre de Moraes*¹

Sessão Temática: História Econômica

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir os impactos socioeconômicos da perpetuação de uma organização econômica, alicerçada na produção de produtos agrícolas e na comercialização *in natura* dos mesmos. Tendo como base as contribuições de Celso Furtado e Caio Prado Jr, resgatamos brevemente a história econômica brasileira, marcada pelo predomínio de um padrão de desenvolvimento agrícola-exportador em que a formação do mercado interno sempre foi relegada ao segundo plano. Em seguida analisamos, a partir de dados secundários, o peso da atividade agropecuária na economia brasileira e gaúcha e particularmente do município de Palmeira das Missões, em que o setor agrícola responde por aproximadamente 40% do PIB. Para finalizar discutimos os impactos socioeconômicos da reprodução dessa história econômica no âmbito local, evidenciando os limites que isso impõe para o desenvolvimento econômico, considerado na perspectiva furtadiana.

Palavras-chave: história econômica, desenvolvimento econômico, impactos socioeconômicos.

¹ *Estudantes do curso de Ciências Econômicas da UFSM/CESNORS – Campus de Palmeira das Missões/RS. Email. aguirredemoraes1987@hotmail.com

** Professora adjunta da UFSM/CESNORS – Depto. de Administração e Ciências Econômicas. Chris_senhorinha@hotmail.com

A empresa a serviço da metrópole

Na história econômica o período que marca a colonização do continente americano é caracterizado pelo Mercantilismo, cujo fundamento é de que a riqueza de uma nação é medida pela quantidade de metais preciosos que possui (HUNT, 2005; SOUZA, 2005). Portanto, é a partir deste objetivo metalista que se deve compreender o caráter da colonização da América.

(...) as colônias existiam apenas para ajudar a metrópole em sua luta pela riqueza e pelo poderio nacional. Isso ocorria não só na Inglaterra, mas na França, na Espanha, em toda metrópole da era mercantilista. (HUBERMAN, 1981:118)

Assim, as colônias, na perspectiva de suas metrópoles deveriam ser empresas lucrativas, seja por fornecerem diretamente ouro e prata, seja por viabilizarem seu acúmulo através do comércio de produtos demandados por mercados europeus. E o Brasil segue este destino, de tal modo, o caráter geral da colonização brasileira pode ser sintetizado como

(...) a exploração dos recursos naturais de um amplo território em proveito do comércio europeu. Não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficara-se modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento (PRADO JR, 1998:102/103).

O chamado Pacto colonial perpetuava e validava a dominação da metrópole, pois a colônia deveria comercializar apenas com sua metrópole. Também era incumbência da metrópole definir o que, quanto, como e onde produzir, levando em conta nestas decisões não as necessidades da população residente no território, mas sobretudo os interesses mercantis metropolitanos. Esse caráter de colônia de exploração marcou a formação econômica brasileira (FURTADO, 1989) e deixou profundas raízes na história econômica do país, de tal modo que mesmo após a fase colonial a economia do Brasil seguiu sendo conduzida como um empreendimento mercantil voltado inteiramente ao comércio internacional (PRADO JR., 1998).

Em que pese os interesses ingleses em ter lucro com seus empreendimentos coloniais, no norte do continente americano se desenvolveu um outro tipo de colonização. Diversos fatores, que incluem condições sociais, políticas, religiosas e até climáticas contribuíram para que naquela parte do novo continente predominasse a colonização de povoamento.

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituíram colônias propriamente de povoamento (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*) esboço para excessos demográficos da Europa, que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. (PRADO JR, 1998:22)

Essa mudança no caráter do processo colonizador explica em grande medida as diferenças que marcam a história econômica da América do Norte, quando comparada a da América Central e da América do Sul. No caso do Brasil essa gênese de colônia de exploração, foi sendo perpetuada pelos diferentes ciclos econômicos que marcam a história do país. A hipótese que levantamos neste trabalho é de que em grande parte do território brasileiro, e gaúcho em particular, a economia segue presa a essa gênese, de modo que o passado colonial insiste em se manter ativo, e isso se reflete no pífio desenvolvimento socioeconômico desses lugares. Se em outros tempos a atividade econômica de muitas regiões girou em torno de um produto primário: açúcar, ouro, café, atualmente em muitos municípios, gira em torno da soja. Ao reproduzir a forma de organização econômica herdada desse passado colonial, esses lugares reproduzem

também suas mazelas, entre as quais a concentração fundiária, desigualdade social e pobreza.

A modernização não alterou história econômica

No período da colonização a abundância dos fatores produtivos, sobretudo força de trabalho e recursos naturais, garantiam a expansão da produção sem alteração da base técnica e sem preocupação em ampliar a produtividade do trabalho e do capital (FURTADO, 1989). Entretanto, mesmo após a superação da situação colonial a economia nacional seguiu dependente desta forma de crescimento baseada em produto primário e voltada para o mercado externo. De tal modo, que a decadência na produção do item que era “carro-chefe” da economia em um determinado contexto histórico implica em decadência do conjunto da atividade econômica. Isso se evidencia por exemplo na primeira metade do século XIX quando o ciclo do ouro definhava e o ciclo do café ainda não se desenvolvera. O atraso tecnológico é apontado por Furtado como o motor deste padrão de crescimento econômico dependente do mercado externo.

Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formava capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional. Desenvolvimento com base em mercado interno só se torna possível quando o organismo econômico alcança um determinado grau de complexidade, que se caracteriza por uma relativa autonomia tecnológica (FURTADO, 2005:111)

De fato é somente na segunda metade do século XX que no campo brasileiro ocorre um processo de modernização tecnológica, que ficou popularmente conhecido como “Revolução Verde” por intensificar o uso de tecnologia, de insumos e equipamentos industrializados nos processos agropecuários. Com este processo de modernização os grandes conglomerados mundiais de diversos segmentos vinculados a produção agropecuária passam a atuar diretamente no Brasil, intensificando o processo de industrialização da produção agrícola do país.

(...) a atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos de indústrias processadoras de matérias-primas agrícolas. Chegou a Ford, Shell, Ciro-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Point, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Union Carbide, Hoechst, Monsanto, Rhodia, entre outros. (ZAMBERLAN, 2000, p.15).

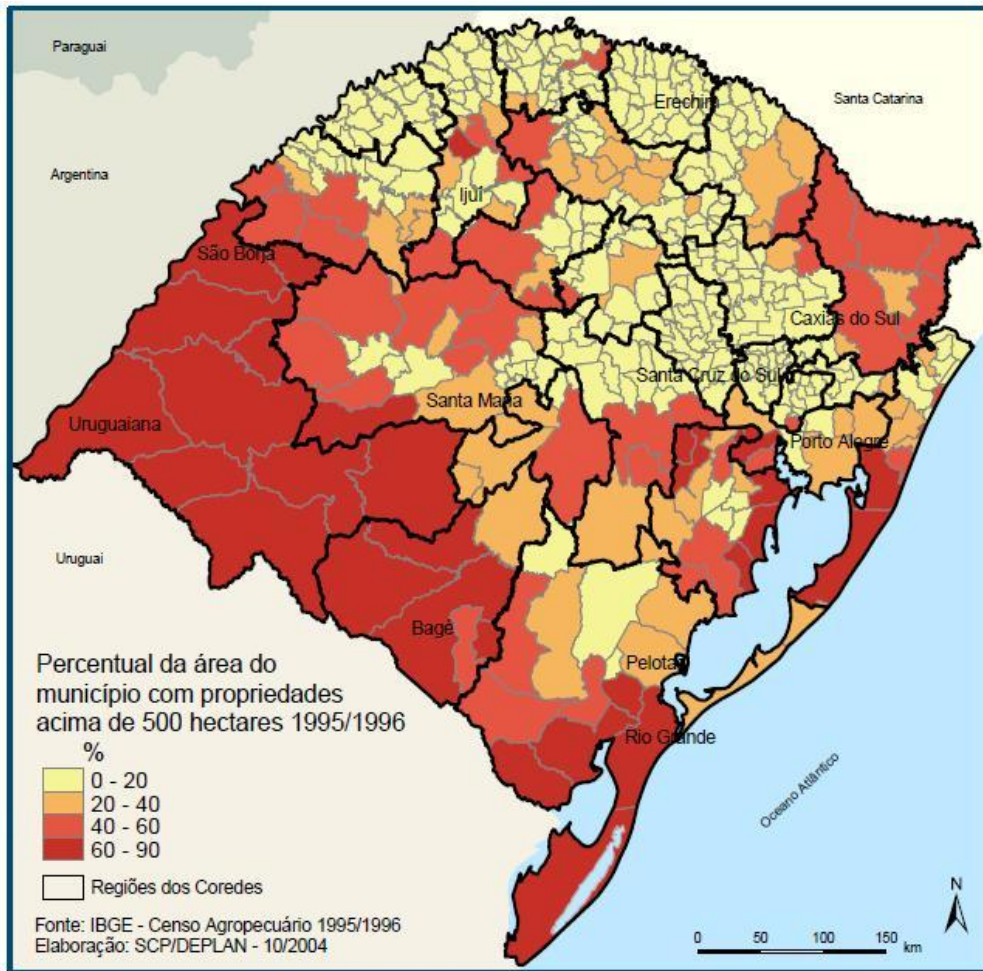
Entretanto, nem as mudanças políticas (passagem da condição de Colônia, para Império e posteriormente República), nem as mudanças técnicas, alteraram os rumos da história econômica, caracterizada pela dependência da produção de produtos primários destinados a exportação. No âmbito socioeconômico este padrão de organização econômica resulta na perpetuação de um conjunto de mazelas: concentração fundiária, concentração de renda e de outras formas de riqueza, desigualdades regionais e pobreza.

O poder da terra

Desde o início do processo de colonização o controle da terra é um dos fundamentos deste padrão de organização econômica que tem-se discutido no Brasil. Conforme Furtado (1998) os três aspectos marcantes da formação econômica brasileira são a grande propriedade fundiária, a monocultura e a mão-de-obra escrava. Mas, tanto o trabalho escravo quanto os monocultivos estiveram sempre sob o domínio dos senhores de terra, de modo que grande não há como dissociar concentração fundiária de concentração de renda e poder na história econômica brasileira.

E neste aspecto fundiário também o passado continua marcando presença. Mesmo no Rio Grande do Sul, um dos estados brasileiros que se orgulha de ter uma agricultura familiar expressiva mantém uma estrutura fundiária concentrada em vários municípios como evidencia o Mapa I.

MAPA 1 – Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul – censo agropecuário 1995/96.



Conforme se observa no Mapa I é maior a concentração fundiária na metade sul do Rio Grande do Sul, contudo, em todas as regiões gaúchas há manchas de concentração, com percentual elevado de propriedades acima de 500 hectares. E a modernização da agricultura não alterou essa herança colonial, de modo que as modernas produções do agronegócio vem se expandindo sob uma arcaica estrutura fundiária (CAMPOS, 2011).

O ciclo da soja

A introdução da soja no Brasil, se deu desde seu principio voltada para o exterior, abastecendo o mercado externo.

(...) mercado internacional em alta, principalmente em meados dos anos 70, em resposta à frustração da safra de grãos na Rússia e China, assim como da pesca da anchova no Peru, cuja farinha era amplamente utilizada como componente protéico na fabricação de

rações para animais, para o que os fabricantes do produto passaram a utilizar-se do farelo de soja (EMBRAPA)

Apesar de tecnologicamente a cultura da soja estar associada com a modernização da agricultura, no que tange a outros aspectos socioeconômicos consideramos que no desenvolvimento deste produto segue-se o mesmo padrão de organização econômica que caracterizou os demais ciclos de produtos agrícolas na história econômica brasileira. Ou seja, mantem-se a concentração fundiária, o processo de produção é orientado por demandas externas e os resultados econômicos ficam concentrados em poucas mãos, alimentando a desigualdade e pobreza que historicamente marcam a economia e a sociedade do país.

Em 2010 o Brasil tornou-se o terceiro exportador mundial de produtos agrícolas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da União Européia. Mas os fatores que propiciaram a chegada do país a essa posição também revelam uma repetição da história econômica. Conforme Garry Smith, analista da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as vantagens comparativas do Brasil foram os baixos custos de produção graças a abundância de recursos naturais e ao câmbio².

Esses mesmos elementos (recursos naturais e câmbio) já haviam sido apontados por Furtado (1998) como um dos pilares da expansão da produção cafeeira na primeira república brasileira.

No Rio Grande do Sul a soja tem sido desde a década de 1980 o produto com maior peso na estrutura do Valor Bruto de Produção, como evidencia a Tabela 1.

Tabela 1: Estrutura do Valor Bruto de Produção (VBP) dos cinco principais grãos do RS – 1980-82 e 2006-2008 (em %)

Grãos	Média de 1980-82	Média de 2006-2008
Arroz	25,0	31,8
Feijão	2,7	1,5
Milho	18,1	16,1
Soja	44,3	44,2

² Declaração publicada no Jornal “O Estado de São Paulo” em 06 de março de 2010, disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm> acesso em 22-03-2012.

Trigo	9,9	6,4
-------	-----	-----

Fonte: Lazzari, 2010:11 (a partir de dados do IBGE)

Como se pode observar na Tabela 1, a soja responde desde os anos 80 por quase metade do VBP do Rio Grande do Sul. No entanto, quando se analisa a participação da produção de soja do RS na produção brasileira, se constata uma queda em função do aumento da produção e produtividade do grão em outras regiões do Brasil. Entre 1980-82 a soja gaúcha correspondia a aproximadamente 37% da produção nacional deste grão e no período 2007-2009 a participação caiu para 14,7% (LAZZARI, 2010:18). Essa queda de participação na produção nacional não decorre de menor produção de grãos no estado, mas da expansão do complexo da soja para outros estados particularmente da região Centro-Oeste.

No Rio Grande do Sul a região noroeste é a principal produtora de soja, no entanto é também uma das regiões do Estado que mais enfrenta problemas como estagnação econômica, redução demográfica e perpetuação da pobreza e da desigualdade. Neste sentido é que verificamos que há similaridades entre esta forma de organização econômica do cultivo da soja e de outros produtos primários que já foram carro-chefe do crescimento do PIB em outros períodos históricos. Nesse sentido, a revolução econômica proporcionada pela entrada da soja em nossos campos, se assemelha ao mesmo processo de implantação da cana-de-açúcar no período colonial e do Café já no Brasil imperial.

Impactos socioeconômicos da perpetuação da história econômica - o caso de Palmeira das Missões.

O município de Palmeira das Missões, localiza-se na região noroeste do Rio Grande do Sul. Na divisão de Coredes do Estado é membro do Corede Rio da Várzea. A história econômica desta região vincula-se originalmente a pecuária, remanescente das missões jesuíticas do século XVII. Somente no século XIX e particularmente no século XX e que a agricultura se tornou a atividade econômica predominante. Apesar de ser um município antigo (criado formalmente em 1874) seu desenvolvimento econômico é bastante limitado.

Conforme dados do último censo a população de Palmeira das Missões é de 34.328 habitantes, enquanto no censo de 2000 a população municipal era de 38.192.

Essa dinâmica demográfica é profundamente influenciada pela economia local, dependente da produção e comercialização de produtos agropecuários in natura, especialmente soja, atividade que gera poucos empregos. Assim, parte da população migra para outros municípios em busca de trabalho.

Os dados do Produto Interno Bruto confirmam o peso da atividade agropecuária na economia local como evidencia a Tabela 2.

Tabela 2: Composição PIB (valor adicionado) em %

Composição do PIB (valor adicionado)	Rio Grande do Sul	Palmeira das Missões
Agropecuário	7,07	31,41
Indústria	30,25	14,67
Serviços	62,67	53,91

Fonte: IBGE (2008)

Como podemos observar na Tabela 2, no PIB de Palmeira das Missões a participação do setor agropecuário é de 31,41 %, ao passo que no PIB do estado a participação da agropecuária é de apenas 7,07%. Sabe-se que grande parte das atividades industriais bem como dos serviços tem vínculos diretos ou indiretos com a agropecuária no Estado, entretanto, essa característica também está presente na economia municipal, de modo que não está sendo subestimada a participação da agropecuária na composição do PIB nem do Estado nem do município.

O pífio desenvolvimento da economia se reflete também nos indicadores socioeconômicos. O índice de desenvolvimento socioeconômico – IDESE do Corede Rio da Várzea em que se insere o município se difere do IDESE estadual sobretudo no item renda, revelando uma desigualdade socioeconômica acentuada nos municípios da região.

Tabela 3: IDESE do Rio Grande do Sul e do Corede Rio da Várzea

COREDE	Idese	Bloco Educação	Bloco Renda	Bloco Saneamento e Domicílios	Bloco Saúde
RS	0,772	0,853	0,821	0,570	0,846
Rio da Várzea	0,723	0,836	0,786	0,412	0,858

Fonte: FEE (2008)

Como evidencia a tabela 3 no item renda o IDESE do Corede fica em torno de 0,78 e o do Estado em 0,82, ainda que no índice geral o Corede e Estado tenham indicadores bem similares.

Outro indicador da pobreza no município é a quantidade de pessoas atendidas pelo programa Bolsa Famílias. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 2.768 famílias são atendidas no município. Considerando-se uma média de 4 pessoas por famílias o número de pessoas beneficiadas ultrapassa 30% da população municipal. Vale lembrar que as famílias beneficiárias do bolsa família devem ter renda familiar per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Neste sentido, argumentamos que a perpetuação da pobreza e da desigualdade social brasileira, da qual o município de Palmeira é apenas um exemplo, se reflete em profunda vinculação com a história econômica do país que ainda se reproduz em muitos locais. O passado econômico baseado na monocultura agropecuária, cultivada em grandes propriedades e, cujos ganhos são apropriados por uma pequena parcela da população continua presente, limitando o desenvolvimento econômico. A tese de Furtado (1974) é de que o desenvolvimento econômico, implica em um processo de crescimento do produto, mas também na irradiação do progresso técnico e na distribuição mais equitativa da renda, contribuindo assim para diluir desigualdades regionais e sociais.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi evidenciar o peso da herança que a história econômica na realidade socioeconômica atual. O caráter da colonização que tivemos definida como colônia de exploração marcou a formação socioeconômica do país, e condicionou o futuro das atividades econômicas do país, de modo que em grande parte do território a economia permanece presa a sua gênese: produzir produtos agrícolas a partir de demandas externas, sem desenvolver um mercado interno importante, e concentrando os frutos dessa riqueza agropecuária nas mãos de uma pequena parcela da população.

Atualmente a soja, é o principal produto agropecuário do Brasil e também é o mais cultivado no Rio Grande do Sul e particularmente na região noroeste do estado. Ainda que produzida em bases técnicas modernas, no que tange a organização socioeconômica constatamos que não há diferenças significativas entre a produção de soja

e os outros produtos que já foram carro-chefe de ciclos produtivos anteriores. Mantém-se o tripé: monocultura, concentração fundiária, concentração de renda como base para esse processo de produção agrícola, assim como ocorreu em outros tempos com o café e o açúcar.

Nesta perspectiva analítica é que afirmamos que vem ocorrendo uma perpetuação da história econômica. O município de Palmeira das Missões, no noroeste gaúcho, foi aqui utilizado para ilustrar os impactos socioeconômicos desse processo de repetição da história econômica, contudo, essa realidade encontrada neste local é similar em vários municípios brasileiros.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio – trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. CLACSO/Outras Expressões, Buenos Aires, 2011.

EMBRAPA, <http://www.embrapa.br/> acesso em 05-04-2012.

FEE/Centro de Informações Estatísticas (CIE).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1998 (23ed.) e 2005 (32 Edição);

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Zahar, São Paulo, 1981.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico – uma perspectiva crítica.** Campus/Elsevier. Rio de Janeiro, 2005.

IBGE, dados de Palmeira das Missões e RS. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431370#> acesso em 30-03-2012.

LAZARRI, Martinho Roberto. A economia gaúcha na visão das contas regionais – 1981-2009. In, CONCEIÇÃO et al (org.). **Três Décadas de Economia Gaúcha – O movimento da produção.** FEE, Porto Alegre, 2010.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social dados disponíveis em https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp acesso em 30-03-2012

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** Brasiliense (45ed.), São Paulo, 1998.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** Atlas (5ed.), São Paulo, 2005.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Agricultura Alternativa – um enfrentamento à agricultura química.** Ed.P.Berthier, Passo Fundo, 2000.